



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 42/2011
MODALIDADE - PREGÃO ELETRÔNICO
PROCESSO Nº 0.00.002.001143/2011-80
UASG - 590001

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasnet.gov.br

DATA: 21/11/2011

HORÁRIO: 14:00 HORAS

Obs: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico, salvo comunicação do Pregoeiro em sentido contrário.

O CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, sediado no SHIS QI 03, lote A, blocos B, E e G, - Lago Sul, e no SAS (Setor de Autarquias Sul), Quadra 03, Bloco J, Asa Sul, em Brasília-DF, Pregoeiro Francimar Oliveira Cavalcante, instituído pela Portaria CNMP nº 120, de 22 de agosto de 2011, do Senhor Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, que no dia 21 de novembro de 2011 às 14:00 horas (horário de Brasília-DF), ou no mesmo horário do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nessa data, através do endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, que realizará licitação do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, execução indireta, empreitada por preço global, na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, utilizando os recursos de tecnologia da informação - Internet, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CLIPPING JORNALÍSTICO ON-LINE, PARA MONITORAMENTO DA MÍDIA E GESTÃO DE INFORMAÇÃO, CONFORME DESCRITO NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS. A presente licitação será regida pela Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Lei nº 8.666 de 21/06/1993, pelo Decreto nº 3.555 de 08/08/2000, Decreto 5.450, de 31/05/2005, Decreto nº 5.504 de 05/08/2005, MPOG/IN nº 02/08, Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, no que couber, com as devidas alterações, e demais normas pertinentes.

1 - CONDIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

1.1.1 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto



descritas no COMPRASNET e as especificações técnicas constantes deste Edital, prevalecerão as constantes do Edital.

1.2 Os trabalhos serão conduzidos por servidor(a) do Conselho Nacional do Ministério Público, denominado Pregoeiro(a), com certificação digital.

1.2.1 Ficam designados como pregoeiros substitutos eventuais os servidores Francimar Oliveira Cavalcante e Rogério Fagundes Gomide instituídos pela Portaria CNMP nº 120, de 22 de agosto de 2011, do Senhor Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público.

2 - DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto a **contratação de empresa especializada em clipping jornalístico on-line, para monitoramento da mídia e gestão de informação**, conforme especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência) e as condições estabelecidas, que fazem parte integrante deste edital, para todos os fins e efeitos:

- Termo de Referência - Anexo I;
- Planilhas de Custos e Formação de Preços - Anexo II;
- Declaração de Regularidade - Anexo III;
- Minuta de Contrato - Anexo IV.

3 - DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar desta licitação Pessoas Jurídicas que explorem ramo de atividade compatível com o objeto licitado e que atendam às condições exigidas neste Edital e seus anexos, estejam devidamente credenciadas, por meio do sítio www.comprasnet.gov.br, para acesso ao sistema eletrônico, e para tanto atendidas as seguintes exigências:

a) Estarem devidamente CADASTRADAS no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

b) Atendam às demais exigências deste Edital e seus anexos.

3.2 Não poderá participar desta licitação:

a) consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

b) empresa apenada com a suspensão do direito de licitar, cuja suspensão tenha sido imposta pelo ente realizador do presente certame;

c) empresa apenada com o impedimento de contratar, cuja penalidade tenha sido imposta pelo ente realizador do presente certame;



d) empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos limites determinados pelo inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

e) empresa que estiver em recuperação judicial, processo de falência ou sob regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

f) sociedade cooperativa de mão-de-obra, constituída nos termos da Lei nº 5.764, de 16/12/1971, em função do Termo de Conciliação celebrado entre a União (AGU) e o Ministério Público do Trabalho;

g) empresa em regime de subcontratação.

3.3 Todos os documentos exigidos na presente licitação devem estar em nome da empresa licitante e no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor competente, quando for o caso.

3.3.1 Não poderão participar deste Pregão empresas que tenham como sócio, gerente ou diretor, membro ou servidor (este quando ocupante de cargo de direção) do Conselho Nacional do Ministério Público e ou do Ministério Público da União, e seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, conforme dispõe o art. 4º da Resolução nº 01 do CNMP, de 7 de novembro de 2005 e art. 1º da Resolução nº 7 do CNMP, de 17 de abril de 2006, (Anexo III do Edital).

4 - DO CREDENCIAMENTO

4.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no sítio www.comprasnet.gov.br.

4.2 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico, não cabendo ao provedor ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros. (Art. 3º, § 5º e 6º, do Decreto nº 5.450/2005).

4.3 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua exclusiva responsabilidade, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, devendo a licitante comunicar formalmente ao provedor do sistema qualquer irregularidade quanto ao uso da mesma, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Conselho Nacional do Ministério Público qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros, devendo a licitante comunicar formalmente ao provedor do sistema qualquer irregularidade quanto ao uso da senha.

4.4 Tratando-se de microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP), para que essas possam gozar dos benefícios previstos nos capítulos V, da Lei Complementar 123, de 14/12/2006, é necessário que, à época do credenciamento, manifestem cumprir plenamente os requisitos para



classificação como tal, nos termos do art. 3º do referido diploma legal.

4.5 Quem prestar declaração falsa na manifestação de que trata o item anterior sujeitar-se-á à penalidade prevista no item 11 deste Edital.

5 - DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1 A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante.

5.2 Incumbirá à licitante, ainda, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão. (art. 13, Inciso IV, do Decreto nº 5.450/2005).

5.3 A participação no Pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, o que ocorrerá a **PARTIR DA DIVULGAÇÃO DA LICITAÇÃO ATÉ A ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO, NO DIA 21/11/2011, às 14:00 horas (quatorze horas)**, horário de Brasília-DF, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

5.4 Como requisito para a participação no Pregão, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital e seus anexos. (art.21, Parágrafo 2º, do Decreto nº 5.450/2005).

5.4.1 As licitantes também deverão declarar em campo próprio do sistema eletrônico que cumprem os requisitos legais para a qualificação como ME ou EPP, e que não se encontram alcançadas por quaisquer das hipóteses previstas no Parágrafo 4º, do art. 3º, da LC nº 123/2006.

5.5 Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada (Art. 21, § 4º, do Decreto nº 5.450/05).

5.6 Concluída a etapa de lances, a empresa detentora do menor lance deverá encaminhar sua proposta contendo as especificações detalhadas do objeto, no prazo máximo de 02 (duas) horas, contado a partir do encerramento da etapa de lances, com preços unitários e total atualizados (no máximo com duas casas decimais) em conformidade com os lances eventualmente ofertados. A comprovação dar-se-á, preferencialmente por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Comprasnet, ou para o endereço eletrônico: cpl@cnmp.gov.br, com posterior encaminhamento do Original ou Cópia autenticada no prazo de 72 (setenta e duas) horas, no endereço constante no item 10.1 do presente Edital, devendo constar:

5.6.1 Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da



data de sua apresentação;

5.6.2. Especificação clara e completa, ou seja, detalhamento dos serviços a serem prestados, observadas as especificações básicas constantes do Termo de Referência - Anexo I do Edital;

5.7 Os Preços unitário e total, devem ser compatíveis com os preços praticados no mercado, conforme estabelece o art. 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, expresso em moeda corrente nacional (R\$), considerando as quantidades constantes do Anexo I deste Edital;

5.8 Planilhas de Custos e Formação de Preços conforme modelo constante no Anexo II.

5.9 Devem estar incluídos no preço todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com mão-de-obra, impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços objeto desta Licitação.

5.10 A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

5.11 O número do CNPJ indicado nos documentos de habilitação e na proposta de preços deverá ser do mesmo estabelecimento da licitante que efetivamente vai realizar os serviços objeto da presente licitação.

5.12 Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do presente Edital e seus anexos, que sejam omissas ou que apresentem irregularidades insanáveis.

5.13 Serão desclassificadas as propostas e excluídos os lances que ofereçam preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis, conforme a variação de preços no mercado e planilha de custo constante nos autos, podendo o Pregoeiro realizar diligências para averiguação dos mesmos.

5.13.1 O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de cinco dias úteis contados da notificação.

06 - DA RECEPÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1 A partir das 14:00 (quatorze horas) do dia 21/11/2011, data e horário previstos no preâmbulo do Edital, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico nº 42/2011, com a divulgação das propostas de preços recebidas e início da etapa de lances.

6.2 Não se admitirá proposta que apresentar preço global simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatível com os preços de mercado, ainda que este Edital não tenha estabelecido limites mínimos.

6.3 A desclassificação da proposta de preços será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.



07 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO e ESCLARECIMENTOS

7.1 Até o dia 16/11/2011, 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica.

7.1.1 Pregoeiro decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 horas e, sendo acolhida, será definida e publicada nova data para realização do certame.

7.2 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até o dia 15/11/2011, 3 (três) dias úteis anteriores a data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, via correio eletrônico: cpl@cnmp.gov.br

08 - DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1 Aberta a etapa competitiva, com a classificação das propostas pelo Pregoeiro, o licitante poderá encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o mesmo imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor. (art. 24, do Decreto nº 5.450/05).

8.2 O licitante poderá oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

8.3 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema eletrônico.

8.4 Se ocorrerem dois ou mais lances do mesmo valor, terá preferência na contratação, para todos os efeitos, aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar, podendo, ao preço do primeiro colocado, ser registrados outros licitantes que aderirem a este preço.

8.5 Durante o transcurso da sessão pública, o licitante será informado, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada à identificação do detentor do lance.

8.6 A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, através do Pregoeiro, aos licitantes, após o que transcorrerá o tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.7 Se a empresa que apresentou o menor preço, não se enquadrar como ME ou EPP, e houver propostas apresentadas por empresas assim consideradas no valor de até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, serão observados os requisitos do art. 44, § 2º e art. 45, da Lei Complementar



nº 123/2006, observado o prazo máximo de 5 (cinco) minutos, para que tais empresas apresentem novas propostas inferiores àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão.

8.8 Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, bem assim decidir sobre sua aceitação, sendo a negociação acompanhada pelos demais licitantes.

8.9 O Pregoeiro poderá anunciar o licitante vencedor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após a negociação e decisão pelo Pregoeiro, acerca da aceitação do lance de menor valor.

8.10 Encerrada a etapa de lances da sessão pública, os licitantes deverão acompanhar a etapa de ACEITAÇÃO, permanecendo *on-line* para a resposta de dúvidas por parte do Pregoeiro, bem como eventual negociação de valores.

8.11 No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva deste Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

8.12 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão deste Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes através do sítio www.comprasnet.gov.br.

8.13 Concluída a etapa de lances a empresa detentora do menor lance, deverá comprovar a situação de regularidade, no prazo máximo de 02 (duas) horas, mediante encaminhamento da documentação através dos e-mails: cpl@cnmp.gov.br, ou FAX: (61) 3224-8192, com posterior encaminhamento dos Originais (via Sedex) ou Cópia autenticada no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, conforme endereço constante no item 10.1 do presente Edital.

8.13.1 Os documentos a serem apresentados para o cumprimento desta exigência são os relacionados no item 10 deste Edital.

9 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1 No julgamento das propostas, após a etapa de lances, a classificação se dará em ordem crescente dos preços apresentados, sendo considerada vencedora a proposta que cotar o menor preço global anual, sendo aceito somente duas casas decimais, com o valor unitário exato (sem dízimas), conforme as planilhas de Formação de Preços constantes do Anexo II.

9.1.1 O lançamento dos valores da proposta inicial no sistema Comprasnet é de



responsabilidade do LICITANTE, qualquer falha ou erro no lançamento implicará na desclassificação da proposta tendo como justificativa valores irrisórios ou erro material.

9.3 O limite máximo aceitável para o **valor anual** da contratação será de **R\$ 294.000,00 (duzentos e noventa e quatro mil reais)**, sendo desclassificadas as propostas com valores acima do limite previsto, na fase de "Aceitação".

9.4 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de Habilitação, o pregoeiro examinará a melhor proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital. Também nessa etapa o pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.5 Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, após a habilitação e julgamento de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço, e o licitante será declarado vencedor, sendo convocado para assinatura do Contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido neste Edital.

9.6 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

9.7 O pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências, julgadas necessárias à análise das propostas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

9.8 No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9 Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus anexos, a proposta será desclassificada.

9.10 Na fase de Aceitação da Proposta, o Pregoeiro poderá solicitar ao licitante vencedor a reapresentação de sua proposta comercial, caso detecte falha sanável na mesma.

10 - DA HABILITAÇÃO

10.1 Encerrada a etapa de lances, e sendo aceitável a proposta classificada em primeiro lugar, a proponente encaminhará ao Conselho Nacional do Ministério Público a documentação referente à HABILITAÇÃO, no prazo máximo de 02 (duas) horas, **por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema**



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Comprasnet, ou para o e-mail: cpl@cnmp.gov.br e, num prazo de até 72 (setenta e duas) horas, apresentará os documentos originais, juntamente com a Proposta de Preços atualizada e as respectivas Declarações ao CNMP, sito ao endereço SAS Quadra 03, Bloco J - Sala 219 - CEP nº 70070-030 - (Comissão Permanente de Licitação), em envelope fechado e rubricado no fecho, com os seguintes dizeres em sua parte externa e frontal:

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CEP: 70.070-030

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2011

PROCESSO Nº 0.00.002.001143/2011-80

ENVELOPE COM DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA COMERCIAL

RAZÃO SOCIAL E CNPJ

10.2 A habilitação das licitantes será verificada nos seguintes sistemas/cadastros, sem prejuízo dos demais documentos exigidos neste Edital:

- a) SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores;
- b) CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas da CGU (Portal da Transparência do Governo Federal <http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/>); e
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa do CNJ - Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

10.3 Para fins de habilitação, a licitante deverá apresentar, ainda, a seguinte documentação complementar:

10.3.1 Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (em campo próprio do sistema Comprasnet).

10.3.2 Declaração expressa do responsável pela firma de que ela não está impedida de participar de licitações promovidas por órgãos ou entidade pública (em campo próprio do sistema Comprasnet).

10.3.3 Declaração de ciência e concordância com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem assim de cumprimento pleno dos requisitos habilitatórios previstos; (em campo próprio do sistema Comprasnet).

10.3.4 Comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do



valor ofertado pela licitante, a qual será exigida somente no caso de a licitante apresentar resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, calculados e informados pelo SICAF;

10.3.5 - Atestado de capacidade técnico-operacional da empresa licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, onde comprove que a licitante tenha prestado ou esteja prestando, a contento, serviços compatíveis e pertinentes, com o objeto descrito no Anexo I deste Edital (Termo de Referência).

10.3.7 Declaração de que é microempresa e empresa de pequeno porte, se for o caso, e que, sob as penas da Lei, cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 e esta apta a usufruir do tratamento favorecido nos arts. 42 a 49 da referida Lei Complementar. (em campo próprio do sistema Comprasnet).

10.3.8 Declaração de regularidade (anexo III) do edital;

10.4 A verificação em sítios oficiais de órgão e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

10.5 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF, e quando houver necessidade de envio, deverão ser encaminhados para o e-mail: cpl@cnmp.gov.br, ou pelo FAX: (61) 3224-8192, a partir de sua convocação no sistema de Pregão Eletrônico, no prazo de 02 (duas) horas contadas da solicitação do Pregoeiro, e apresentados no original ou por cópia autenticada em 72 (setenta e duas) horas após o encerramento da sessão pública.

10.5.1 Comprovada a impossibilidade de envio por meio da referida ferramenta, a critério do Pregoeiro, poderá ser utilizada outra forma de envio.

10.6 Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, poderá o Pregoeiro considerar o proponente INABILITADO.

10.7 Os documentos deverão ter validade expressa ou estabelecida em Lei, admitidos como válidos, no caso de omissão, os emitidos a menos de noventa dias.

10.8 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

10.9 Os documentos apresentados com validade expirada, ser não for falta sanável, acarretarão a INABILITAÇÃO do proponente.

10.10 Para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, a comprovação da regularidade fiscal observará a disciplina estabelecida nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, regulamentados pelo art. 4º do Decreto nº 6.204, de 05/09/2007.

10.11 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, tratando-se de ME ou EPP, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em



que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.12 A não-regularização da documentação, no prazo previsto nos itens acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666 de 21/06/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a retirada da Nota de Empenho, Assinatura do Contrato ou revogar a licitação.

10.13 A licitante deverá declarar quaisquer fatos supervenientes à inscrição cadastral impeditivos de sua habilitação.

10.14 Para habilitação no presente pregão serão exigidos os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade de FGTS - CRF);
- b) prova de regularidade para com a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débito - CND);
- c) prova de regularidade para com as Fazendas Federal (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União fornecidas pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conjuntamente, nos termos do Decreto n.º 6.106/2007 e IN/RFB n.º 734/07), Estadual e Municipal ou Distrital, conforme o domicílio ou sede da licitante, admitida a certidão positiva com efeito de negativa ou outra equivalente na forma da lei;
- d) certidão negativa de falência, recuperação judicial ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

10.14.1 Para as licitantes inscritas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, a comprovação referida nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d”, do item 10.14 poderá ser efetuada mediante consulta *on line* ao Sistema. A regularidade para com a fazenda Estadual e a certidão exigida na alínea “d” do item anterior quando não constantes do cadastro no Sistema deverão ser atendidas, também, pelos licitantes cadastrados no SICAF.

10.14.2 Caso algum dos documentos de habilitação apresentados na licitação esteja vencido, o Pregoeiro poderá, conforme lhe faculta o § 3º do art. 43 da Lei n.º 8.666/93, efetuar consulta ao órgão responsável pela emissão do documento, para verificação de sua regularidade.

11 - DAS PENALIDADES

11.1 O licitante vencedor que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente edital ficará sujeito às penalidades previstas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93.

11.2 Conforme o disposto no art. 28 do Decreto nº 5.450, de 31/05/2005, o licitante



vencedor que, dentro do prazo de validade de sua proposta, negar-se a retirar a nota de empenho, deixar de assinar o termo de contrato quando exigido, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, e, se for o caso, será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

11.3 Além do previsto no subitem anterior, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas e pela verificação de quaisquer das situações previstas no art. 78, incisos I a XI da Lei 8.666/93, a Administração poderá, resguardados os procedimentos legais pertinentes, aplicar as seguintes sanções, conforme art. 87 da Lei 8.666/93, sem prejuízo de outras:

- a) advertência;
- b) multa moratória de 0,5% (meio por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, até o limite máximo de 5% (cinco por cento);
- c) Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, no caso de descumprimento parcial ou total de qualquer obrigação pactuada;
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por até 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.4 As penalidades previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, cumulativamente, no caso de multa, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, garantida prévia defesa. (art. 87, § 2º da Lei nº 8.666/93) .

11.5 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

11.6 Comprovado o impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pelo CNMP, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.

11.7 A multa, aplicada após regular processo administrativo, será cobrada administrativamente deduzindo-se do valor da Fatura Mensal ou descontada da garantia prestada, e não sendo suficiente, o valor poderá ser inscrito como Dívida Ativa e cobrado judicialmente.



11.8 Previamente à aplicação das multas previstas nos subitens acima ou de qualquer outra sanção, poderá a licitante apresentar defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data em que for notificada a respeito.

11.9 Da aplicação das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93 e demais penalidades caberá recurso, representação ou pedido de reconsideração, nos termos do art. 109 da supramencionada Lei, sendo assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

11.10 O setor responsável pela fiscalização do serviço objeto desta licitação deverá informar à Secretaria de Administração a ocorrência de fatos que possam motivar a aplicação das sanções previstas neste item, sob pena de responsabilidade.

11.11 Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas no item 11 e nos incisos III e IV, do art. 87, da Lei 8.666/93 bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União.

12 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1 Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar a intenção de recorrer, imediata e **motivadamente**, em campo próprio do sistema, quando lhe será concedido o prazo de 3 dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contra-razões no mesmo prazo concedido para a intenção de interpor recurso, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

12.2 A falta de manifestação de intenção de recurso, imediata e motivada, da licitante quanto ao resultado do certame importará preclusão do direito recursal. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

12.3 Os recursos serão dirigidos à Secretária de Administração do CNMP por intermédio do Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 5 dias úteis ou, nesse período, encaminha-lós à Secretária de Administração, devidamente informado, para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

12.4 Declarada a vencedora da licitação, não havendo manifestação das demais licitantes quanto à intenção de interpor recurso, ou julgados os que interpostos forem, será o procedimento submetido à Secretária Executiva para homologação.

12.5 Encerrada a sessão pública, a ata respectiva será disponibilizada imediatamente na internet para acesso livre de todos os licitantes e à sociedade.

12.6 Os recursos relativos à aplicação das penalidades previstas no item 11 e no art. 87 da Lei nº 8.666/93, exceto para aquela definida no inciso IV da referida Lei, poderão ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.



12.7 No caso de declaração de inidoneidade, prevista no inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

12.8 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sala da CPL, no Edifício-Sede II deste Conselho, sito: SAS Quadra 03, Bloco J - Sala 219, Asa Sul, Brasília-DF.

13 - DO SERVIÇO E CONTRATO

13.1 O contrato terá vigência de 12 meses.

13.2 O CNMP, convocará a adjudicatária, para assinar o Contrato e retirar a Nota de Empenho, a qual terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação para comparecer à Administração, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas neste Edital, sujeitando-se às penalidades aludidas nos termos do art. 81 da Lei nº 8.666/93, bem como ensejará a aplicação das sanções previstas no item 11 deste Edital e no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

13.3 O prazo mencionado acima poderá ser prorrogado uma só vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Coordenadoria de Administração/CNMP, conforme previsto no Parágrafo 1º, do art. 64, da Lei nº 8.666/93.

13.4 Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pela Contratada durante a vigência do contrato.

13.5 A Adjudicatária que não fizer a comprovação referida no subitem anterior ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o Contrato, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

13.6 Até a efetiva Assinatura do Contrato, poderá ser desclassificada a proposta da licitante vencedora, caso o Conselho Nacional do Ministério Público venha a ter conhecimento de fato desabonador à sua habilitação, conhecido após o julgamento.

13.7 Nos termos da Lei nº 8.666/93 constituirá documento de autorização para a execução dos serviços o contrato assinado, acompanhado da nota de empenho.

13.8 O Conselho Nacional do Ministério Público, poderá rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados, se em desacordo com o Contrato.

14 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE



14.1 São as constantes no Anexo I deste Edital e na Minuta de Contrato;

14.2 A contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

15 - DA DOTAÇÃO

15.1 As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta da Programa controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público, Natureza de Despesa 3.3.3.90.39.01, constante do orçamento do CNMP para este fim.

16- DO PAGAMENTO

16.1 O pagamento será efetuado a favor do licitante vencedor conforme especificações no Termo de Referência (Anexo I) e na Minuta de Contrato (Anexo IV) do presente edital.

17 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

17.1 Os serviços objeto da presente contratação serão recebidos da seguinte forma:

17.1.1 Provisoriamente, no prazo máximo de 03 dias corridos, para efeito de posterior verificação da execução dos serviços, conforme as especificações;

17.1.2 Definitivamente, no prazo máximo de 05 dias corridos, a contar do recebimento provisório, para a verificação da adequação do objeto aos termos contratuais e consequente aceitação.

18 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 Autoridade Competente do CNMP, poderá anular ou revogar a presente licitação, bem como não homologar total ou parcialmente o objeto licitado, desde que não atendidas as exigências constantes neste Edital e seus Anexos, ou por interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, com as devidas justificativas, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa.

18.2 A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera a obrigação



de indenizar, por parte da Administração, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei nº 8.666/93.

18.3 O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto nos §§ 1º e 2º, inc. II, art. 65, da Lei nº 8.666/93.

18.4 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que, durante a realização da sessão pública do pregão, seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, sendo possível ao Pregoeiro solicitar pareceres técnicos, pedir esclarecimentos e promover diligências em qualquer fase do presente certame e sempre que julgar necessário.

18.5 As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o CNMP não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.6 Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

18.7 Para fins de aplicação das sanções administrativas constantes no item 11 do presente Edital, o lance é considerado proposta.

18.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos nos dias úteis em que houver expediente no CNMP.

18.9 No caso de divergência entre as especificações dos materiais insertas no Sistema SIASG e as deste Edital, prevalecerão as constantes do Edital.

18.10 Este Edital será fornecido a qualquer interessado, na Sede II do Conselho Nacional do Ministério Público, sito SAS Quadra 03, Bloco J - Sala 219 (Comissão Permanente de Licitação), ou ainda nos sítios www.comprasnet.gov.br e www.cnmp.gov.br/

18.11 As licitantes, após a publicação oficial deste Edital, ficarão responsáveis pelo acompanhamento, mediante o acesso aos sítios mencionados no subitem 17.10, das eventuais republicações e/ou retificações de Edital, respostas a questionamentos e impugnações ou quaisquer outras ocorrências que porventura possam ou não implicar em mudanças nos prazos de apresentação da proposta e da abertura da sessão pública.

18.12 Independente de declaração expressa, a simples participação nesta licitação implica em aceitação plena das condições estipuladas neste edital, decaindo do direito de impugnar os seus termos o licitante que, o tendo aceito sem objeção, vier, após o julgamento desfavorável, apresentar falhas e irregularidades que o viciem.

18.13 Considerando que a empresa a ser CONTRATADA tem qualificação técnica e



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

comprovada capacidade para execução do objeto da presente licitação, de modo algum será aceita qualquer alegação, durante a execução do contrato, quanto a possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções contidas no conjunto de elementos que constitui a documentação referente a este objeto, como pretexto para pretender cobrar materiais/equipamentos e/ou serviços, ou alterar a composição dos preços unitários.

18.14 O CNMP não é unidade cadastradora do SICAF, apenas realiza consulta junto ao mesmo.

18.15 Os casos omissos, bem como dúvidas suscitadas, serão dirimidas pelo Pregoeiro no Conselho Nacional do Ministério Público, por meio do correio eletrônico: cpl@cnmp.gov.br

[O foro da Justiça Federal da cidade de Brasília-DF é o competente para dirimir quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital.](#)

Brasília-DF, 26 de outubro de 2011.

TIAGO MOTA AVELAR ALMEIDA
CPL/CNMP



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 42/2011
MODALIDADE - PREGÃO ELETRÔNICO
PROCESSO Nº 0.00.002.001143/2011-80
UASG - 590001

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo: 0.00.002.001143/2011-80

Interessado: Secretaria de Comunicação - CNMP

1. Do objeto

Contratação de empresa especializada em *clipping* jornalístico *online*, para monitoramento da mídia e gestão de informação, com objetivo de atender às necessidades do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

2. Das especificações gerais do serviço

2.1. O serviço deverá ser realizado por meio de sistema computadorizado, de forma digital e em tempo real, editado, analisado, indexado e revisado de segunda a domingo, sendo que os conteúdos monitorados depois das 23h deverão ser disponibilizados no dia seguinte.

2.1.1 Quando solicitado em regime de urgência, a entrega do material clipado em CD-ROM e a disponibilização do *clipping* no sistema deverão ser imediatas, com opção de transcrição.

2.2. O serviço compreenderá seleção, coleta, compilação em bancos de dados, avaliação e disponibilização para acesso remoto pelos usuários do CNMP, além de publicação na intranet, de matérias jornalísticas de interesse da instituição, veiculadas na imprensa brasileira de abrangência nacional e regional, nos meios eletrônico, impresso e radiofônico, incluindo os veículos especializados e veículos web de mídia internacional, independente de distribuição, tiragem ou periodicidade.

2.3. O serviço deverá ser coordenado por jornalista com experiência comprovada na área, preferencialmente, sediado em Brasília.

2.4. O serviço deverá monitorar jornais, revistas, colunas, blogs e sites regionais, nacionais e



internacionais, além de rádios de interesse do CNMP, indicados no item 4.2 deste termo de referência.

2.5. O serviço deverá oferecer ferramenta de pesquisa no banco de dados e de conversão da pesquisa em arquivo Portable Document Format (PDF), possibilitando confecção automática de sumário e de índice remissivo, fac-símile de capas e páginas dos jornais, reprodução de fotos e infográficos. No caso de matérias de rádio, o sistema deve disponibilizar transcrição do áudio e reprodução dos respectivos arquivo de som.

3. Da descrição dos serviços:

Os serviços prestados deverão ter as seguintes características e funcionalidades:

3.1. Coleta de informações - o sistema deverá permitir coleta, por meio digital, das informações geradas pela mídia nacional, regional e internacional, impressa, radiofônica e de *web*, dentro do perfil apresentado, com texto disponibilizado para os conteúdos de rádio.

3.2. Apresentação - a apresentação deverá primar pela simplicidade, sobriedade e organização, com notícias disponibilizadas de forma sequencial, para facilitar a leitura.

3.2.1. As notícias devem vir relacionadas com as chamadas de capa e matérias secundárias relativas ao tema.

3.2.2. A notícia deverá ser identificada pela data, hora de inserção no *clipping*, palavras-chave, veículo, estado, editoria e título, além de trazer o nome do autor do texto (repórter, articulista ou colunista).

3.2.3. Nas matérias dos jornais nacionais, deverá ser incluído *fac-símile* da página, indicando a área ocupada pela notícia e *links* para matérias ou retrancas relacionadas ao texto principal.

3.3. Gravação das matérias de rádio - o serviço compreenderá a gravação em áudio das informações coletadas nas rádios, sincronizadas com o texto, com sinopses e transcrições.

3.4. Estatísticas - o serviço deverá ter um sistema de estatística online sobre os seguintes itens:

3.4.1. Exposição por mídia (quantidade de matérias, centímetros ocupados, alcance, número estimado de leitores, distribuição da cobertura por estado)

3.4.2. Exposição por veículo

3.4.3. Exposição por mídia rádio - por veículo - (tempo de exposição)

3.4.4. Índice de avaliação da exposição - (negativa/positiva/neutra)

3.4.5. Índice de exposição na mídia - Diária/Semanal/Mensal



3.5. Indexação e análise - deverá haver indexação e análise dos conteúdos que permitam identificar os principais focos abordados pela mídia, com mecanismos de análise qualitativa e quantitativa do material clipado.

3.6. Destaques - o sistema deverá mostrar de forma dinâmica quais assuntos estão em evidência na mídia e colocá-los em destaque, para que a equipe de comunicação do **CNMP** possa acompanhar os fatos e tomar as providências necessárias.

3.7. Notificação e divulgação das informações - o sistema deverá enviar os principais destaques do *clipping* diário e os assuntos mais comentados via e-mail notificador (tipo *messenger* ou RSS) e possibilitar acesso via web por meio de login e senha disponibilizados pela **CONTRATADA**. O sistema ainda deverá permitir a publicação do *clipping* diário em página de intranet.

3.8. Busca - o serviço deverá oferecer mecanismo de busca detalhada, por palavra chave, data, tema, com opção de filtragem da pesquisa por categorias veículos (nacional, local, especializado, online, etc), por sistema de avaliação da notícia (se positiva, negativa, etc), por pastas de assuntos, por estados e regiões, entre outros filtros.

3.9. Base de dados - base de dados deverá estar permanentemente disponível para pesquisa e arquivamento pelo tempo de prestação do serviço, enquanto o banco de dados terá de ser fornecido ao **CNMP** no fim do contrato.

3.10. Relatório - a **CONTRATADA** deverá enviar mensalmente ao **CNMP** CD-ROM com os dados monitorados, junto com relatório qualitativo, até o 5º dia útil do mês subsequente.

4. Do perfil de monitoramento

O monitoramento dos dados deverá ser feito nos veículos indicados abaixo e em obediência aos seguintes parâmetros, entre outros que venham a ser fixados pelo **CNMP**:

4.1. TEMAS

4.1.1 Temas para pesquisa em todos os veículos

- Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)
- Presidente do CNMP, Roberto Monteiro Gurgel dos Santos
- Corregedoria Nacional do Ministério Público
- Corregedor Nacional do Ministério Público, conselheiro Jeferson Coelho



- Conselheiro Alessandro Tramujas
- Conselheiro Jarbas Soares
- Conselheiro Adilson Gurgel de Castro
- Conselheira Maria Ester Henriques Tavares
- Conselheiro Tito Amaral
- Conselheiro Almino Afonso
- Conselheira Taís Schilling Ferraz
- Conselheiro José Lázaro Alfredo Guimarães
- Conselheira Claudia Maria de Freitas Chagas
- Conselheiro Mario Luiz Bonsaglia
- Conselheiro Luiz Moreira Gomes Júnior
- Secretário-Geral do CNMP, José Adércio Leite Sampaio
- Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
- Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo
- Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público
- Comissão de Jurisprudência
- Comissão de Aperfeiçoamento da Atuação do Ministério Público na Área da Infância e Juventude
- Comissão de Aperfeiçoamento da Atuação do Ministério Público no Sistema Carcerário e no Controle Externo da Atividade Policial
- Comissão temporária de Infraestrutura da nova sede do CNMP
- Inspeção da Corregedoria Nacional do Ministério Público nas unidades do MP e respectivos relatórios
- Sindicância, denúncias ou investigações sobre a conduta de membros do Ministério Público (promotores de justiça e procuradores)
- Falta funcional ou infração disciplinar de membro do Ministério Público (promotores de justiça e procuradores)
- Controle externo da atividade policial
- Conceito de atividade jurídica para fins de ingresso na carreira do MP
- Concurso público para membro ou para servidor do Ministério Público dos Estados e da União
- Gestão administrativa das unidades do Ministério Público dos Estados e da União, execução orçamentária das unidades do MP, gasto com folha de pagamento, quadro de pessoal dos MPs (terceirizações, funcionários comissionados)
- Diárias de membros do Ministério Público (promotores e procuradores)
- Resoluções e procedimentos de controle administrativo do Conselho Nacional do Ministério Público
- ENASP - Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública



- Fiscalização por membros do MP do sistema carcerário
- Interceptação telefônica, escutas
- Exercício, por membro do Ministério Público, da atividade político partidária e de cargos em outros órgãos da Administração Pública
- Exercício do magistério por membro do Ministério Público
- Residência na comarca de membros do Ministério Público
- Lei Maluf - lei da mordada
- Planejamento estratégico das unidades do Ministério Público
- Nepotismo no Ministério Público
- Férias de promotores e magistrados, pagamento de auxílio-moradia
- Demora ou atraso na manifestação do Ministério Público, omissão e inércia de promotores e procuradores

4.1.2. Temas para pesquisa apenas na mídia nacional impressa e online (veículos listados nos itens 4.2.1 e 4.2.7)

- Conselho Nacional de Justiça
- Procurador-geral da República
- Supremo Tribunal Federal, quando revisor das decisões do CNMP
- Supremo Tribunal Federal, para decisões envolvendo controle externo da atividade policial, poder de investigação do Ministério Público, lei de improbidade administrativa, lei da ação civil pública, interceptação telefônica.
- Tortura praticada por policiais, em delegacias ou no sistema prisional
- Câmara dos Deputados e Senado Federal, quando analisando projetos de lei e propostas de emenda à Constituição sobre as atribuições do Ministério Público, punição para procuradores e magistrados, organização e estrutura do MP, orçamento do Ministério Público, subsídio de procuradores e remuneração de servidores.

4.2. VEÍCULOS PARA MONITORAMENTO

4.2.1 IMPRESSOS - Mídia nacional

Revistas

Veja	Época
Istoé	Carta Capital

Jornais

Jornal do Brasil	O Globo
Correio Braziliense	Folha de S. Paulo



O Estado de S. Paulo	Valor Econômico
Brasil Econômico	

A CONTRATADA deverá monitorar também todos os artigos, editoriais e colunas publicados nos veículos acima listados.

4.2.2. IMPRESSOS - Mídia regional

Acre

A Gazeta	Página 20
A Tribuna	O Rio Branco

Alagoas

Tribuna Independente	O Jornal
Gazeta de Alagoas	Primeira Edição

Amazonas

A Crítica - Manaus	Amazonas em Tempo
Diário do Amazonas	Jornal do Comercio AM

Amapá

Diário do Amapá	A Gazeta
Jornal do Dia	Leia Agora

Bahia

Tribuna da Bahia	Correio
A Tarde	

Ceará

Diário do Nordeste	O Povo
O Estado	

Distrito Federal

Jornal da Comunidade	Jornal de Brasília
Tribuna do Brasil	

Espírito Santo

A Tribuna	A Gazeta
-----------	----------

Goiás



Diário da Manhã	O Popular
-----------------	-----------

Maranhão

Jornal Pequeno	O Imparcial - São Luis
O Estado do Maranhão	O Debate

Minas Gerais

Estado de Minas	Super Notícias
Hoje em Dia	Aqui
O Tempo	Tribuna de Minas

Mato Grosso

A Gazeta	Diário de Cuiabá
Folha do Estado	

Mato Grosso do Sul

O Estado de Mato Grosso do Sul	Correio do Estado
O Progresso	A Folha do Povo

Pará

Amazônia Jornal	Diário do Pará
O Liberal	

Paraíba

Correio da Paraíba	Diário de Borborema
Jornal da Paraíba	O Norte

Pernambuco

Folha de Pernambuco	Jornal do Comercio PE
Diário de Pernambuco	

Piauí

Meio Norte	Diário do Povo
O Dia	

Paraná

Diário do Norte do Paraná (Maringá)	Folha de Londrina
Gazeta do Povo	O Estado do Paraná
Gazeta do Paraná (Cascavel)	Jornal da Manhã



Rio de Janeiro

Jornal do Comercio RJ	O Dia
O Fluminense	Revista Veja Rio
Extra	

Rio Grande do Norte

A Gazeta do Oeste	Diário de Natal
Tribuna do Norte - Natal	

Rondônia

Diário da Amazônia	Folha de Rondônia
O Estadão do Norte	

Roraima

Folha de Boa Vista	Roraima Hoje
--------------------	--------------

Rio Grande do Sul

Zero Hora	Correio do Povo
Diário de Santa Maria	Diário Gaúcho
Jornal do Comércio RS	O Sul

Santa Catarina

Notícias do Dia	Diário Catarinense
-----------------	--------------------

Sergipe

Cinform	Correio de Sergipe
Jornal da Cidade	Jornal do Dia Online

São Paulo

Gazeta de Ribeirão	Diário da Região - São José do Rio Preto
A Tribuna - Baixada Santista	Vale
Cruzeiro do Sul - Sorocaba	Jornal A Cidade - Ribeirão Preto
Correio Popular (Campinas)	Jornal da Cidade - Bauru
Jornal da Tarde	Revista Veja São Paulo
Jornal de Araraquara	Jornal de Jales
Jornal Oeste Notícias - Presidente Prudente	O Diário de Mogi



Bom Dia Jundiaí	Primeira Página São Carlos
Bom Dia São José do Rio Preto	Bom Dia - Sorocaba
Diário do Grande ABC	

Tocantins

Jornal do Tocantins	O Jornal
Jornal Stylo	

4.2.3. MÍDIA ESPECIALIZADA - Comunicação

Portal Imprensa	Meio e Mensagem Online
Comunique-se	Observatório da Imprensa

4.2.4. MÍDIA ESPECIALIZADA - Veículos jurídicos

Direito Vivo	Consultor Jurídico
Jus Navigandi	Infojus
Migalhas	Última Instância
Correio Forense	Canal Justiça
Jus Brasil	

4.2.5. MÍDIA ESPECIALIZADA - Terceiro Setor

Gife - Grupo de Institutos Fundações e Empresas	ANDI - Agência de Notícias dos Direitos da Infância
Informes Abong	RITS - Rede de Informações para o Terceiro Setor
Revista do Terceiro Setor	

4.2.6 - Mídia INSTITUCIONAL - Associações de classe, tribunais e outras páginas institucionais

CONAMP	Conselho Nacional de Justiça
Supremo Tribunal Federal	ANPR
ANPT	AMPDFT
CNPG (Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais)	ANMPM
PGR	OAB Nacional

4.2.7. VEÍCULOS ONLINE - Nacionais

Caros Amigos Online	Agência Brasil
Agência Câmara	Agência Senado
Agência Carta Maior	AE - Agência Estado
BBC News Brasil	Blog da Cristina Lobo
Blog do Ancelmo Góis	Blog do Cláudio Humberto



Blog do Josias de Souza	Blog do Noblat
Blog Frederico Vasconcelos	Blog Luis Nassif
Blog do Reinaldo Azevedo	Bom Dia Brasil Online
Centro de Mídia Independente	Congresso em Foco
Conversa Afiada - Blog do Paulo Henrique Amorim	Exame - Últimas Notícias
Estadão Online	Fantástico Online
Folha Online	G1 - Globo
IDG Now	Joelmir Beting Online
Jornal da Band Online	Jornal da Globo Online
Jornal Hoje Online	Jornal Nacional Online
Jornalismo Comunitário - Gilberto Dimenstein	Portal da Amazônia (http://portalamazonia.globo.com/)
Opinião e notícias	Panorama Brasil
Blog da Lúcia Hippólito	Projeto Brasil
Radar Online (Veja.com)	Reuters Brasil
Ucho.info	Veja Online
Último Segundo	UOL - Últimas Notícias
Valor Online	

4.2.8. VEÍCULOS ONLINE - Regionais

Acre

Janelão.net	AC 24 horas
Notícias da Hora	ContilNet

Alagoas

Alagoas 24 horas	Gazetaweb.com
Tudo na Hora	Cada Minuto

Amazonas

Mano Repórter (www.manoreporter.com.br)	Amazonas Agora
Blog do Holanda (www.blogdoholanda.com.br)	Notícias da Amazônia (http://www.noticiasdaamazonia.com.br/)
O Vocativo	

Bahia

A Tarde Online	Itapuã Online
----------------	---------------



Aratu Online	Ibahia (www.ibahia.com.br)
Bahia Notícias - Samuel Celestino	

Ceará

O Povo - Últimas	Portal Verdes Mares
------------------	---------------------

Distrito Federal

Blog da Ana Maria Campos	Brasília em Tempo Real
Clica Brasília - Últimas	ComuniWeb
Correioweb	

Espírito Santo

A Tribuna Online	Século Diário
Gazeta Online	Folha Vitória

Goiás

Diário da Manhã - Últimas	Goiás Net
---------------------------	-----------

Maranhão

O Parquet	O Imparcial - São Luis Online
Imirante.com	Itevaldo.com

Minas Gerais

Hoje em Dia - últimas notícias	Jornal Vale do Aço - últimas
Portal UAI	Super Notícias

Mato Grosso do Sul

Midiamax	Agora MS
Capital News	MS Notícias
Campo Grande News	Dourados News

Mato Grosso

24 horas news - Cuiabá	A Gazeta.com
Olhar Direto	Mídia News
Diário de Cuiabá - últimas	RD News

Pará

Portal Diário do Pará	Portal ORM
-----------------------	------------



Paraíba

Click PB	WSCOM
O Norte Online	Paraíba Online
Paraíba.com.br	PBNews
Portal Correio	Paraíba 1

Pernambuco

Blog de Jamildo	Diário de Pernambuco - Últimas
Folha de Pernambuco - Últimas	Folha Digital
Jornal do Comercio Online	PE360graus.com

Piauí

180graus	Acesse Piauí
Gterra.com	Portal Meio Norte
Portal AZ	Cidade Verde

Paraná

Bonde	Bem Paraná Online
Gazeta do Povo Online	Paraná Online
Diário do Norte	

Rio de Janeiro

Agência Rio de Notícias	O Fluminense Online
Extra Online	Folha da Manhã Online - Campos
Globo Online	JB Online
O DIA Online	

Rio Grande do Norte

Diário de Natal Online	No Minuto
No Momento (Mossoró)	Tribuna do Norte Online

Rondônia

Rondoniaagora.com	Tudo Rondônia
O observador	Rondônia Ao vivo

Roraima

Folha Web	Roraima em Foco
Boa Vista Agora	



Rio Grande do Sul

Correio do Povo	O Sul
Zero Hora.COM	Jornal do Comercio Online
Rádio Guaíba	

Santa Catarina

Diário Catarinense	
--------------------	--

Sergipe

Em Sergipe	InfoNet
Atalaia Agora.com.br	Universo Político
Cinform Online	

São Paulo

Diário do Grande ABC Online	DCI Online
Rede Bom Dia	Diário de Comércio

Tocantins

Roberta Tum (www.robortatum.com.br)	Portal CT - Cleber Toledo.com
Conexão Tocantins	

4.2.9. RÁDIOS

CBN	BandNews
Jovem Pan	Rádio Justiça
Rádio Câmara	Rádio Senado

5. Das formas de disponibilização das informações

A CONTRATADA deverá disponibilizar o *clipping* em arquivo eletrônico - inclusive em formato PDF - de segunda a domingo, às 7h da manhã, para todos os usuários da intranet do CNMP e para leitura externa, na internet, por meio de login e senha. O *clipping* deve ser atualizado durante todo o dia, da seguinte forma:

5.1. Monitoramento da mídia impressa - acompanhamento, seleção, edição e digitalização das matérias veiculadas nos jornais impressos, incluindo a digitalização das capas dos veículos e das páginas onde as matérias clipadas foram veiculadas, que deverão ser disponibilizadas até as 7h da manhã. O material terá de ser atualizado durante todo o dia, quando for o caso. Inserções de matérias veiculadas em data



anterior poderão ser feitas em situações excepcionais, com a devida indicação da data de veiculação da notícia.

5.2. Monitoramento de rádio - acompanhamento, seleção, edição e digitalização de matérias de radiojornalismo, veiculadas pelas emissoras listadas, com disponibilização do arquivo em áudio e da respectiva transcrição em no máximo três horas após a veiculação da notícia.

5.3. Monitoramento de mídia web - acompanhamento, seleção, edição e digitalização de matérias de jornalismo de internet, que serão disponibilizadas diariamente, dentro dos temas selecionados. As matérias serão atualizadas e disponibilizadas no sistema num ciclo máximo de 3 horas.

5.4. Avisos - Além do monitoramento das matérias, é necessária disponibilização, no painel de conteúdo, de um alerta (ticker), para apurar as principais notícias divulgadas na web, além de canais específicos de monitoramento das principais notícias de âmbito nacional de política, jurídico, principais colunistas e primeiras páginas.

5.5. E-mail notificador - deverá trazer os principais destaques do *clipping* diário e terá de ser enviado aos destinatários indicados pelo CNMP diariamente, no máximo até as 8h.

6. Das obrigações do CNMP

6.1. Relacionar-se com a **CONTRATADA** exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;

6.2. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao bom desempenho das atividades;

6.3. Nomear gestor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços, em conformidade com o objeto contratado;

6.4. Atestar o recebimento do objeto contratado e a execução dos serviços, após verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo por meio de notificação à **CONTRATADA**;

6.5. Fornecer as informações solicitadas sobre a proposta editorial e dados técnicos referentes à disponibilização do *clipping* em página de intranet e ao acesso remoto pelos usuários da rede, bem como outras informações necessárias ao bom andamento dos serviços;

6.6. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** na forma e nos prazos previstos neste termo, após o cumprimento das formalidades legais;

6.7. Exigir, a qualquer tempo, comprovação das condições da **CONTRATADA** que ensejaram a contratação.

7. Das obrigações da CONTRATADA



- 7.1. Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento do contrato;
- 7.2. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo **CNMP**, cujas reclamações e pedidos se obriga a atender;
- 7.3. Efetuar, em 72 horas após adjudicação, Teste de Verificação para demonstrar pleno atendimento do serviço. A **CONTRATADA** deverá dispor de equipamento próprio para execução dos testes nas dependências do **CNMP**.
- 7.4. Fornecer senhas de acesso e logins mediante pedido do **CNMP**
- 7.5. Executar o serviço de acordo com as especificações deste termo de referência e do contrato, sendo que qualquer solicitação de mudança e qualquer esclarecimento adicional deverão ser formulados por escrito, devidamente fundamentados, para análise pelo **CNMP**.
- 7.6. Disponibilizar um editor, preferencialmente sediado em Brasília, para supervisionar a seleção automática das notícias, escolher os destaques do dia, avaliar enfoque de matérias e manter contato com **CNMP** para identificar temas de interesse e atender a avaliação do serviço prestado;
- 7.7. Incluir palavras-chave no perfil de monitoramento, quando solicitada;
- 7.8. Atender ao chamado do **CNMP** no prazo máximo de 48 horas a contar da notificação, devendo solucionar pendências em até 72 horas, no máximo;
- 7.9. Observar as normas de segurança quando nas dependências do **CNMP**;
- 7.10. Disponibilizar equipe de suporte que atenda à execução dos serviços durante o período normal e em casos de emergência;
- 7.11. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições jurídicas e qualificações técnicas exigidas.

8. Do pagamento

O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da prestação do serviço, por meio de depósito em conta-corrente, com ordem bancária.

- 8.1. O faturamento mensal deverá ocorrer no primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços;
- 8.2. O pagamento somente será liberado depois da apresentação da respectiva nota fiscal/fatura,



devidamente discriminada, em nome do **CNMP**

8.3. A **CONTRATADA** deverá apresentar, junto com a nota fiscal, o Certificado de Regularidade do FGTS, a certidão específica quanto à inexistência de débito de contribuições junto ao INSS, e a Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, conforme decreto n. 6.106/2007;

8.4. A liberação da nota fiscal/fatura para pagamento ficará condicionada ao atesto do gestor do contrato, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da lei n. 8.666/93;

8.5. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da fatura, da nota fiscal ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da **CONTRATADA** importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do **CNMP**.

9. Do recebimento

Os serviços objeto da presente contratação serão recebidos da seguinte forma:

9.1 Provisoriamente, no prazo máximo de 03 dias corridos, para efeito de posterior verificação da execução dos serviços, conforme as especificações;

9.2 Definitivamente, no prazo máximo de 05 dias corridos, a contar do recebimento provisório, para a verificação da adequação do objeto aos termos contratuais e consequente aceitação.

10. Da vigência

10.1 O contrato terá vigência de 12 meses.



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 42/2011
MODALIDADE - PREGÃO ELETRÔNICO
PROCESSO Nº 0.00.002.001143/2011-80
UASG - 590001

ANEXO II

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇO

AO: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2011

PROPOENTE: _____

CNPJ: _____

DESCRIÇÃO DO OBJETO OFERTADO	VALOR MENSAL R\$	VALOR ANUAL OFERTADO R\$	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL ANUAL R\$
<i>Prestação de serviços de clipping jornalístico online, para monitoramento da mídia e gestão de informação, conforme especificações do edital.</i>			R\$ 294.00,00

PRAZO DE VALIDADE DESTA PROPOSTA: _____

Obs.: Nos preços acima propostos estão inclusas todas as despesas e custos diretos e indiretos, como impostos, taxas, fretes, garantia e serviços de instalação.

DATA: ____/____/____

PROPONENTE
CNPJ



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 42/2011
MODALIDADE - PREGÃO ELETRÔNICO
PROCESSO Nº 0.00.002.001143/2011-80
UASG - 590001

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE
(RESOLUÇÃO CNMP 01/2005 e nº 07/2006)

(Nome/razão social) _____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a) _____ **DECLARO**, nos termos da Resolução nº 01, de 07 de novembro de 2005 e da Resolução nº 07, de 17 de abril de 2006, do Conselho Nacional do Ministério Público, para fins de contratação de prestação de serviços junto ao Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, que:

os sócios desta empresa, bem como seus gerentes e diretores **não são** cônjuges, companheiros(as) ou parentes, até o terceiro grau, inclusive, de membros do Conselho Nacional do Ministério Público e ou do Ministério Público da União (Ministério Público Federal, Ministério Público Militar, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios).

os sócios desta empresa, bem como seus gerentes e diretores **são** cônjuges, companheiros(as) ou parentes, até o terceiro grau, inclusive, de membros do Conselho Nacional do Ministério Público e ou do Ministério Público da União, abaixo identificado(s):

Nome do membro: _____

Cargo: _____

Órgão de Lotação: _____

Grau de Parentesco: _____

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

Brasília, DF, _____ de _____ de 2011.

(Assinatura Representante Legal da Empresa)



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 42/2011
MODALIDADE - PREGÃO ELETRÔNICO
PROCESSO Nº 0.00.002.001143/2011-80
UASG - 590001

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO - CNMP E A PESSOA JURÍDICA _____ PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CLIPPING JORNALÍSTICO ONLINE PARA MONITORAMENTO DA MÍDIA E GESTÃO DE INFORMAÇÃO, NOS SEGUINTE TERMOS

O CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, CNPJ n.º 11.439.520/0001-11, situado no SHIS QI 03, lote A, blocos B, E e G, - Lago Sul - Brasília/DF, representado neste ato por sua Secretária Executiva, Sra. **SÔNIA MÁRCIA FERNANDES AMARAL**, brasileira, divorciada, servidora pública, RG 980.300 - SSP/DF, CPF: 386.128.521-53 no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria CNMP n.º 94, de 14 de dezembro de 2010, ou, nas ausências e impedimentos desta, pelo seu substituto, Sr. EDIMILSON AVELINO DA SILVA, brasileiro, divorciado, servidor público, RG: 2.620.787 - IFP/RJ, CPF: 219.676.957-68, conforme Portaria CNMP n.º 10, de 22 de fevereiro de 2011, ambos residentes e domiciliados nesta Capital, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e a pessoa jurídica _____, CNPJ n.º _____, estabelecida à _____, neste ato representada por _____, portador do RG n.º _____, e do CPF n.º _____, e daqui por diante designada simplesmente CONTRATADA, tendo em vista o contido no Processo CNMP n.º 0.00.002.001143/2011-80, referente ao Pregão Eletrônico n.º 42/2011, considerando as disposições estabelecidas na Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, nos Decretos n.º 3.555, de 8 de agosto de 2000, 3.693, de 20 de dezembro de 2000, 3.784, de 6 de abril de 2001, 5.450, de 31 de maio de 2005, e 6.204, de 5 de setembro de 2007, e, subsidiariamente, na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e, nas demais normas pertinentes, têm entre si, justo e avençado, e celebram o presente Contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:



CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente Instrumento a contratação de serviços de **CLIPPING JORNALÍSTICO ON-LINE** para monitoramento da mídia e gestão de informação em atendimento às necessidades do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 O serviço deverá ser realizado por meio de sistema computadorizado, de forma digital e em tempo real, editado, analisado, indexado e revisado de segunda a domingo, sendo que os conteúdos monitorados depois das 23h deverão ser disponibilizados no dia seguinte.

Parágrafo Primeiro - Quando solicitado em regime de urgência, a entrega do material clipado em CD-ROM e a disponibilização do *clipping* no sistema deverão ser imediatas, com opção de transcrição.

Parágrafo Segundo - O serviço compreenderá seleção, coleta, compilação em bancos de dados, avaliação e disponibilização para acesso remoto pelos usuários do **CNMP**, além de publicação na intranet, de matérias jornalísticas de interesse da instituição, veiculadas na imprensa brasileira de abrangência nacional e regional, nos meios eletrônico, impresso e radiofônico, incluindo os veículos especializados e veículos web de mídia internacional, independente de distribuição, tiragem ou periodicidade.

Parágrafo Terceiro - O serviço deverá ser coordenado por jornalista com experiência comprovada na área, preferencialmente, sediado em Brasília.

Parágrafo Quarto - O serviço deverá monitorar jornais, revistas, colunas, blogs e sites regionais, nacionais e internacionais, além de rádios de interesse do **CNMP**, indicados na Cláusula Quinta deste contrato.

Parágrafo Quinto - O serviço deverá oferecer ferramenta de pesquisa no banco de dados e de conversão da pesquisa em arquivo Portable Document Format (PDF), possibilitando confecção automática de sumário e de índice remissivo, fac-símile de capas e páginas dos jornais, reprodução de



fotos e infográficos. No caso de matérias de rádio, o sistema deve disponibilizar transcrição do áudio e reprodução dos respectivos arquivo de som.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 Os serviços prestados deverão ter as seguintes características e funcionalidades:

3.1.1 Coleta de informações - o sistema deverá permitir coleta, por meio digital, das informações geradas pela mídia nacional, regional e internacional, impressa, radiofônica e de *web*, dentro do perfil apresentado, com texto disponibilizado para os conteúdos de rádio.

3.1.2 Apresentação - a apresentação deverá primar pela simplicidade, sobriedade e organização, com notícias disponibilizadas de forma sequencial, para facilitar a leitura.

3.1.2.1 As notícias devem vir relacionadas com as chamadas de capa e matérias secundárias relativas ao tema.

3.1.2.2 A notícia deverá ser identificada pela data, hora de inserção no *clipping*, palavras-chave, veículo, estado, editoria e título, além de trazer o nome do autor do texto (repórter, articulista ou colunista).

3.1.2.3 Nas matérias dos jornais nacionais, deverá ser incluído *fac-símile* da página, indicando a área ocupada pela notícia e *links* para matérias ou retrancas relacionadas ao texto principal.

3.1.3 Gravação das matérias de rádio - o serviço compreenderá a gravação em áudio das informações coletadas nas rádios, sincronizadas com o texto, com sinopses e transcrições.

3.1.4 Estatísticas - o serviço deverá ter um sistema de estatística online sobre os seguintes itens:

3.1.4.1 Exposição por mídia (quantidade de matérias, centímetros ocupados, alcance, número estimado de leitores, distribuição da cobertura por estado)

3.1.4.2 Exposição por veículo

3.1.4.3 Exposição por mídia rádio - por veículo - (tempo de exposição)

3.1.4.4 Índice de avaliação da exposição - (negativa/positiva/neutra)

3.1.4.5 Índice de exposição na mídia - Diária/Semanal/Mensal

3.1.5 Indexação e análise - deverá haver indexação e análise dos conteúdos que permitam



identificar os principais focos abordados pela mídia, com mecanismos de análise qualitativa e quantitativa do material clipado.

3.1.6 Destaques - o sistema deverá mostrar de forma dinâmica quais assuntos estão em evidência na mídia e colocá-los em destaque, para que a equipe de comunicação do **CNMP** possa acompanhar os fatos e tomar as providências necessárias.

3.1.7 Notificação e divulgação das informações - o sistema deverá enviar os principais destaques do *clipping* diário e os assuntos mais comentados via e-mail notificador (tipo *messenger* ou RSS) e possibilitar acesso via web por meio de login e senha disponibilizados pela **CONTRATADA**. O sistema ainda deverá permitir a publicação do *clipping* diário em página de intranet.

3.1.8 Busca - o serviço deverá oferecer mecanismo de busca detalhada, por palavra chave, data, tema, com opção de filtragem da pesquisa por categorias veículos (nacional, local, especializado, online, etc), por sistema de avaliação da notícia (se positiva, negativa, etc), por pastas de assuntos, por estados e regiões, entre outros filtros.

3.1.9 Base de dados - base de dados deverá estar permanentemente disponível para pesquisa e arquivamento pelo tempo de prestação do serviço, enquanto o banco de dados terá de ser fornecido ao **CNMP** no fim do contrato.

3.1.10 Relatório - a **CONTRATADA** deverá enviar mensalmente ao **CNMP** CD-ROM com os dados monitorados, junto com relatório qualitativo, até o 5º dia útil do mês subsequente.

CLÁUSULA QUARTA - DO PERFIL DE MONITORAMENTO

4.1 O monitoramento dos dados deverá ser feito nos veículos indicados abaixo e em obediência aos seguintes parâmetros, entre outros que venham a ser fixados pelo **CNMP**:

4.1.1 Temas para pesquisa em todos os veículos:

- Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)
- Presidente do CNMP, Roberto Monteiro Gurgel dos Santos
- Corregedoria Nacional do Ministério Público
- Corregedor Nacional do Ministério Público, conselheiro Jeferson Coelho
- Conselheiro Alessandro Tramuja
- Conselheiro Jarbas Soares



- Conselheiro Adilson Gurgel de Castro
- Conselheira Maria Ester Henriques Tavares
- Conselheiro Tito Amaral
- Conselheiro Almino Afonso
- Conselheira Taís Schilling Ferraz
- Conselheiro José Lázaro Alfredo Guimarães
- Conselheira Claudia Maria de Freitas Chagas
- Conselheiro Mario Luiz Bonsaglia
- Conselheiro Luiz Moreira Gomes Júnior
- Secretário-Geral do CNMP, José Adércio Leite Sampaio
- Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
- Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo
- Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público
- Comissão de Jurisprudência
- Comissão de Aperfeiçoamento da Atuação do Ministério Público na Área da Infância e

Juventude

- Comissão de Aperfeiçoamento da Atuação do Ministério Público no Sistema Carcerário e no Controle Externo da Atividade Policial
- Comissão temporária de Infraestrutura da nova sede do CNMP
- Inspeção da Corregedoria Nacional do Ministério Público nas unidades do MP e respectivos

relatórios

- Sindicância, denúncias ou investigações sobre a conduta de membros do Ministério Público (promotores de justiça e procuradores)
- Falta funcional ou infração disciplinar de membro do Ministério Público (promotores de justiça e procuradores)
- Controle externo da atividade policial
- Conceito de atividade jurídica para fins de ingresso na carreira do MP
- Concurso público para membro ou para servidor do Ministério Público dos Estados e da

União

- Gestão administrativa das unidades do Ministério Público dos Estados e da União, execução orçamentária das unidades do MP, gasto com folha de pagamento, quadro de pessoal dos MPs (terceirizações, funcionários comissionados)
- Diárias de membros do Ministério Público (promotores e procuradores)
- Resoluções e procedimentos de controle administrativo do Conselho Nacional do



Ministério Público

- ENASP - Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública
- Fiscalização por membros do MP do sistema carcerário
- Interceptação telefônica, escutas
- Exercício, por membro do Ministério Público, da atividade político partidária e de cargos

em outros órgãos da Administração Pública

- Exercício do magistério por membro do Ministério Público
- Residência na comarca de membros do Ministério Público
- Lei Maluf - lei da mordada
- Planejamento estratégico das unidades do Ministério Público
- Nepotismo no Ministério Público
- Férias de promotores e magistrados, pagamento de auxílio-moradia
- Demora ou atraso na manifestação do Ministério Público, omissão e inércia de

promotores e procuradores

4.1.2 Temas para pesquisa apenas na mídia nacional impressa e online (veículos listados nos itens 5.1 e 5.7)

- Conselho Nacional de Justiça
- Procurador-geral da República
- Supremo Tribunal Federal, quando revisor das decisões do CNMP
- Supremo Tribunal Federal, para decisões envolvendo controle externo da atividade

policial, poder de investigação do Ministério Público, lei de improbidade administrativa, lei da ação civil pública, interceptação telefônica.

- Tortura praticada por policiais, em delegacias ou no sistema prisional

- Câmara dos Deputados e Senado Federal, quando analisando projetos de lei e propostas de emenda à Constituição sobre as atribuições do Ministério Público, punição para procuradores e magistrados, organização e estrutura do MP, orçamento do Ministério Público, subsídio de procuradores e remuneração de servidores.

CLÁUSULA QUINTA - DOS VEÍCULOS PARA MONITORAMENTO

5.1 IMPRESSOS - Mídia nacional

Revistas



Veja	Época
Istoé	Carta Capital

Jornais

Jornal do Brasil	O Globo
Correio Braziliense	Folha de S. Paulo
O Estado de S. Paulo	Valor Econômico
Brasil Econômico	

A CONTRATADA deverá monitorar também todos os artigos, editoriais e colunas publicados nos veículos acima listados.

5.2 IMPRESSOS - Mídia regional

Acre

A Gazeta	Página 20
A Tribuna	O Rio Branco

Alagoas

Tribuna Independente	O Jornal
Gazeta de Alagoas	Primeira Edição

Amazonas

A Crítica - Manaus	Amazonas em Tempo
Diário do Amazonas	Jornal do Comercio AM

Amapá

Diário do Amapá	A Gazeta
Jornal do Dia	Leia Agora

Bahia

Tribuna da Bahia	Correio
A Tarde	

Ceará

Diário do Nordeste	O Povo
O Estado	

Distrito Federal

Jornal da Comunidade	Jornal de Brasília
Tribuna do Brasil	



Espírito Santo

A Tribuna	A Gazeta
-----------	----------

Goiás

Diário da Manhã	O Popular
-----------------	-----------

Maranhão

Jornal Pequeno	O Imparcial - São Luis
O Estado do Maranhão	O Debate

Minas Gerais

Estado de Minas	Super Notícias
Hoje em Dia	Aqui
O Tempo	Tribuna de Minas

Mato Grosso

A Gazeta	Diário de Cuiabá
Folha do Estado	

Mato Grosso do Sul

O Estado de Mato Grosso do Sul	Correio do Estado
O Progresso	A Folha do Povo

Pará

Amazônia Jornal	Diário do Pará
O Liberal	

Paraíba

Correio da Paraíba	Diário de Borborema
Jornal da Paraíba	O Norte

Pernambuco

Folha de Pernambuco	Jornal do Comercio PE
Diário de Pernambuco	

Piauí

Meio Norte	Diário do Povo
O Dia	

Paraná



Diário do Norte do Paraná (Maringá)	Folha de Londrina
Gazeta do Povo	O Estado do Paraná
Gazeta do Paraná (Cascavel)	Jornal da Manhã

Rio de Janeiro

Jornal do Commercio RJ	O Dia
O Fluminense	Revista Veja Rio
Extra	

Rio Grande do Norte

A Gazeta do Oeste	Diário de Natal
Tribuna do Norte - Natal	

Rondônia

Diário da Amazônia	Folha de Rondônia
O Estadão do Norte	

Roraima

Folha de Boa Vista	Roraima Hoje
--------------------	--------------

Rio Grande do Sul

Zero Hora	Correio do Povo
Diário de Santa Maria	Diário Gaúcho
Jornal do Comércio RS	O Sul

Santa Catarina

Notícias do Dia	Diário Catarinense
-----------------	--------------------

Sergipe

Cinform	Correio de Sergipe
Jornal da Cidade	Jornal do Dia Online

São Paulo

Gazeta de Ribeirão	Diário da Região - São José do Rio Preto
A Tribuna - Baixada Santista	Vale
Cruzeiro do Sul - Sorocaba	Jornal A Cidade - Ribeirão Preto
Correio Popular (Campinas)	Jornal da Cidade - Bauru
Jornal da Tarde	Revista Veja São Paulo
Jornal de Araraquara	Jornal de Jales



Jornal Oeste Notícias - Presidente Prudente	O Diário de Mogi
Bom Dia Jundiá	Primeira Página São Carlos
Bom Dia São José do Rio Preto	Bom Dia - Sorocaba
Diário do Grande ABC	

Tocantins

Jornal do Tocantins	O Jornal
Jornal Stylo	

5.3 MÍDIA ESPECIALIZADA - Comunicação

Portal Imprensa	Meio e Mensagem Online
Comunique-se	Observatório da Imprensa

5.4 MÍDIA ESPECIALIZADA - Veículos jurídicos

Direito Vivo	Consultor Jurídico
Jus Navigandi	Infojus
Migalhas	Última Instância
Correio Forense	Canal Justiça
Jus Brasil	

5.5 MÍDIA ESPECIALIZADA - Terceiro Setor

Gife - Grupo de Institutos Fundações e Empresas	ANDI - Agência de Notícias dos Direitos da Infância
Informes Abong	RITS - Rede de Informações para o Terceiro Setor
Revista do Terceiro Setor	

5.6 Mídia INSTITUCIONAL - Associações de classe, tribunais e outras páginas institucionais

CONAMP	Conselho Nacional de Justiça
Supremo Tribunal Federal	ANPR
ANPT	AMPDFT
CNPG (Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais)	ANMPM
PGR	OAB Nacional

5.7 VEÍCULOS ONLINE - Nacionais



Caros Amigos Online	Agência Brasil
Agência Câmara	Agência Senado
Agência Carta Maior	AE - Agência Estado
BBC News Brasil	Blog da Cristina Lobo
Blog do Ancelmo Góis	Blog do Cláudio Humberto
Blog do Josias de Souza	Blog do Noblat
Blog Frederico Vasconcelos	Blog Luis Nassif
Blog do Reinaldo Azevedo	Bom Dia Brasil Online
Centro de Mídia Independente	Congresso em Foco
Conversa Afiada - Blog do Paulo Henrique Amorim	Exame - Últimas Notícias
Estadão Online	Fantástico Online
Folha Online	G1 - Globo
IDG Now	Joelmir Beting Online
Jornal da Band Online	Jornal da Globo Online
Jornal Hoje Online	Jornal Nacional Online
Jornalismo Comunitário - Gilberto Dimenstein	Portal da Amazônia (http://portalamazonia.globo.com/)
Opinião e notícias	Panorama Brasil
Blog da Lúcia Hippólito	Projeto Brasil
Radar Online (Veja.com)	Reuters Brasil
Ucho.info	Veja Online
Último Segundo	UOL - Últimas Notícias
Valor Online	

5.8 VEÍCULOS ONLINE - Regionais

Acre

Janelão.net	AC 24 horas
Notícias da Hora	ContilNet

Alagoas

Alagoas 24 horas	Gazetaweb.com
Tudo na Hora	Cada Minuto

Amazonas

Mano Repórter (www.manoreporter.com.br)	Amazonas Agora
--	----------------



Blog do Holanda (www.blogdoholanda.com.br)	Notícias da Amazônia (http://www.noticiasdaamazonia.com.br/)
O Vocativo	

Bahia

A Tarde Online	Itapuã Online
Aratu Online	Ibahia (www.ibahia.com.br)
Bahia Notícias - Samuel Celestino	

Ceará

O Povo - Últimas	Portal Verdes Mares
------------------	---------------------

Distrito Federal

Blog da Ana Maria Campos	Brasília em Tempo Real
Clica Brasília - Últimas	ComuniWeb
Correioweb	

Espírito Santo

A Tribuna Online	Século Diário
Gazeta Online	Folha Vitória

Goiás

Diário da Manhã - Últimas	Goiás Net
---------------------------	-----------

Maranhão

O Parquet	O Imparcial - São Luis Online
Imirante.com	Itevaldo.com

Minas Gerais

Hoje em Dia - últimas notícias	Jornal Vale do Aço - últimas
Portal UAI	Super Notícias

Mato Grosso do Sul

Midiamax	Agora MS
Capital News	MS Notícias
Campo Grande News	Dourados News

Mato Grosso

24 horas news - Cuiabá	A Gazeta.com
Olhar Direto	Mídia News



Diário de Cuiabá - últimas	RD News
----------------------------	---------

Pará

Portal Diário do Pará	Portal ORM
-----------------------	------------

Paraíba

Click PB	WSCOM
O Norte Online	Paraíba Online
Paraíba.com.br	PBNews
Portal Correio	Paraíba 1

Pernambuco

Blog de Jamildo	Diário de Pernambuco - Últimas
Folha de Pernambuco - Últimas	Folha Digital
Jornal do Comercio Online	PE360graus.com

Piauí

180graus	Acesse Piauí
Gterra.com	Portal Meio Norte
Portal AZ	Cidade Verde

Paraná

Bonde	Bem Paraná Online
Gazeta do Povo Online	Paraná Online
Diário do Norte	

Rio de Janeiro

Agência Rio de Notícias	O Fluminense Online
Extra Online	Folha da Manhã Online - Campos
Globo Online	JB Online
O DIA Online	

Rio Grande do Norte

Diário de Natal Online	No Minuto
No Momento (Mossoró)	Tribuna do Norte Online

Rondônia

Rondoniaagora.com	Tudo Rondônia
O observador	Rondônia Ao vivo



Roraima

Folha Web	Roraima em Foco
Boa Vista Agora	

Rio Grande do Sul

Correio do Povo	O Sul
Zero Hora.COM	Jornal do Comercio Online
Rádio Guaíba	

Santa Catarina

Diário Catarinense	
--------------------	--

Sergipe

Em Sergipe	InfoNet
Atalaia Agora.com.br	Universo Político
Cinform Online	

São Paulo

Diário do Grande ABC Online	DCI Online
Rede Bom Dia	Diário de Comércio

Tocantins

Roberta Tum (www.robortatum.com.br)	Portal CT - Cleber Toledo.com
Conexão Tocantins	

5.9 RÁDIOS

CBN	BandNews
Jovem Pan	Rádio Justiça
Rádio Câmara	Rádio Senado

CLÁUSULA SEXTA - DAS FORMAS DE DISPONIBILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

6.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar o *clipping* em arquivo eletrônico - inclusive em formato PDF - de segunda a domingo, às 7h da manhã, para todos os usuários da intranet do CNMP e para leitura externa, na internet, por meio de login e senha. O *clipping* deve ser atualizado durante todo o dia, da seguinte forma:

6.1.1 Monitoramento da mídia impressa - acompanhamento, seleção, edição e



digitalização das matérias veiculadas nos jornais impressos, incluindo a digitalização das capas dos veículos e das páginas onde as matérias clipadas foram veiculadas, que deverão ser disponibilizadas até as 7h da manhã. O material terá de ser atualizado durante todo o dia, quando for o caso. Inserções de matérias veiculadas em data anterior poderão ser feitas em situações excepcionais, com a devida indicação da data de veiculação da notícia.

6.1.2 Monitoramento de rádio - acompanhamento, seleção, edição e digitalização de matérias de radiojornalismo, veiculadas pelas emissoras listadas, com disponibilização do arquivo em áudio e da respectiva transcrição em no máximo três horas após a veiculação da notícia.

6.1.3 Monitoramento de mídia web - acompanhamento, seleção, edição e digitalização de matérias de jornalismo de internet, que serão disponibilizadas diariamente, dentro dos temas selecionados. As matérias serão atualizadas e disponibilizadas no sistema num ciclo máximo de 3 horas.

6.1.4 Avisos - Além do monitoramento das matérias, é necessária disponibilização, no painel de conteúdo, de um alerta (ticker), para apurar as principais notícias divulgadas na web, além de canais específicos de monitoramento das principais notícias de âmbito nacional de política, jurídico, principais colunistas e primeiras páginas.

6.1.5 E-mail notificador - deverá trazer os principais destaques do *clipping* diário e terá de ser enviado aos destinatários indicados pelo CNMP diariamente, no máximo até as 8h.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

7.1 A Contratada obriga-se a:

7.1.1 Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento do contrato;

7.1.2 Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo **CNMP**, cujas reclamações e pedidos se obriga a atender;

7.1.3 Efetuar, em 72 horas após adjudicação, Teste de Verificação para demonstrar pleno atendimento do serviço. A **CONTRATADA** deverá dispor de equipamento próprio para execução dos testes nas dependências do **CNMP**.

7.1.4 Fornecer senhas de acesso e logins mediante pedido do **CNMP**

7.1.5 Executar o serviço de acordo com as especificações deste termo de referência e do



contrato, sendo que qualquer solicitação de mudança e qualquer esclarecimento adicional deverão ser formulados por escrito, devidamente fundamentados, para análise pelo **CNMP**.

7.1.6 Disponibilizar um editor, preferencialmente sediado em Brasília, para supervisionar a seleção automática das notícias, escolher os destaques do dia, avaliar enfoque de matérias e manter contato com **CNMP** para identificar temas de interesse e atender a avaliação do serviço prestado;

7.1.7 Incluir palavras-chave no perfil de monitoramento, quando solicitada;

7.1.8 Atender ao chamado do **CNMP** no prazo máximo de 48 horas a contar da notificação, devendo solucionar pendências em até 72 horas, no máximo;

7.1.9 Observar as normas de segurança quando nas dependências do **CNMP**;

7.1.10 Disponibilizar equipe de suporte que atenda à execução dos serviços durante o período normal e em casos de emergência;

7.1.11 Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições jurídicas e qualificações técnicas exigidas.

Parágrafo Único - Além de outras obrigações previstas neste Contrato, a Contratada obriga-se, também, a:

1. Fornecer suporte técnico e especializado aos usuários dos serviços, online ou por telefone, de segunda a sexta-feira em horário comercial, no mínimo.

2. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para o Contratante.

3. Manter sigilo acerca de quaisquer informações obtidas em virtude da realização dos serviços contratados e garantir a inviolabilidade dos sistemas e a segurança dos dados neles armazenados.

4. Solucionar quaisquer falhas técnicas na página de acesso ou nos sistemas de *mailing* e de distribuição *releases*, restabelecendo integralmente o funcionamento dos serviços num prazo máximo de 24 horas.

5. Manter supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com o Contratante.

6. Prestar os serviços objeto desta contratação em período integral; ou seja, 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, incluindo sábados, domingos e feriados.

7. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às



normas regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica.

8. Implantar, adequadamente, a supervisão permanente dos serviços, de forma a se obter uma operação correta e eficaz.

9. Comunicar imediatamente ao fiscal do contrato a ocorrência de qualquer fato que possa prejudicar a execução do objeto contrato, sob pena de desconsideração do fato em eventual justificativa de descumprimento contratual e de responsabilização da Contratada por qualquer dano decorrente do atraso ou da falta de comunicação.

10. Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa pelo objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento dos serviços.

11. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no contrato, sob pena de rescisão do instrumento.

12. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia e expressa anuência do Contratante.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 O Contratante obriga-se a:

8.1.1 Relacionar-se com a Contratada exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;

8.1.2. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao bom desempenho das atividades;

8.1.3. Nomear fiscal responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços, em conformidade com o objeto contratado;

8.1.4. Atestar o recebimento do objeto contratado e a execução dos serviços, após verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo por meio de notificação à Contratada;

8.1.5. Fornecer as informações solicitadas sobre a proposta editorial e dados técnicos referentes à disponibilização do *clipping* em página de intranet e ao acesso remoto pelos usuários da rede, bem como outras informações necessárias ao bom andamento dos serviços;

8.1.6. Efetuar o pagamento à Contratada na forma e nos prazos previstos neste Contrato, após o cumprimento das formalidades legais;

8.1.7. Exigir, a qualquer tempo, comprovação das condições da Contratada que ensejaram a contratação.



CLÁUSULA NONA- DO PRAZO DA VIGÊNCIA

9.1 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses e iniciar-se-á na data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PREÇO

10.1 O Valor mensal para a realização dos serviços é de R\$ _____,___ (valor por extenso), perfazendo um valor total anual de R\$ _____,___ (valor por extenso), conforme proposta de preços da Contratada e Anexo II do Edital de Licitação CNMP nº 42/2011, que passam a ser parte integrante do presente Contrato, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas resultantes deste Contrato, no presente exercício, correrão à conta da Categoria Econômica nº 33.90.39 - Subitem 01, do Programa de Trabalho 0306205818010001, constante da LOA 2011 do CNMP.

Parágrafo Único - Para cobertura da despesa foi emitida a Nota de Empenho nº 2011NE000XXX, de ___/___/____. Para os exercícios subsequentes serão emitidas notas de empenho para a mesma finalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

12.1 O pagamento será efetuado a favor do licitante vencedor até o 10º (décimo) dia útil após a aceitação dos serviços, mediante apresentação da respectiva nota fiscal, a qual será devidamente atestada pelo setor competente, por meio de Ordem Bancária e de acordo com as condições constantes na proposta da empresa e aceito pelo CNMP.

12.2 Na nota fiscal deverá constar o Endereço, CNPJ e o domicílio bancário da CONTRATADA, bem como o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto, com valores expressos em moeda corrente nacional.

12.3 A licitante deverá fazer constar como beneficiário/cliente da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, o Conselho Nacional do Ministério Público, CNPJ nº



11.439.520/0001-11.

12.4 Sobre o valor da Nota Fiscal, a CONTRATANTE fará as retenções que forem devidas ao INSS, bem como impostos e contribuições previstas na Instrução Normativa SRF nº 480, de 15.12.2004 e 539, de 25.04.2005 e Lei Complementar nº 116/2003.

12.5 Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições da Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - "SIMPLES" (Lei nº 9.317/96), não serão feitas as retenções de que tratam as citadas instruções normativas, ficando a CONTRATADA nesse caso obrigada a apresentar declaração, na forma do Anexo IV da Instrução Normativa SRF nº 480, de 15/12/2004, em duas vias, assinadas pelo seu representante legal.

12.6 A consulta relativa à regularidade fiscal, exigida quando da habilitação, será feita previamente a cada pagamento, devendo seu resultado ser juntado aos autos do processo próprio e ficando o efetivo pagamento a ela condicionado.

12.7 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

12.8 Ao CNMP fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços fornecidos, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

12.9 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pelo Conselho Nacional do Ministério Público, conforme disposto no art. 36, § 4º, da Instrução Normativa/SLTI-MP n.º 02, de 30/04/2008, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo

$I = \frac{(TX/100)}{365}$, assim apurado: $I = \frac{(6/100)}{365}$ $I = 0,00016438$

Em que:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.



12.10 Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 38 do Decreto nº 93.872/86.

12.11 O faturamento mensal deverá ocorrer no primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

12.12 Qualquer atraso ocorrido na apresentação da fatura, da nota fiscal ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da **CONTRATADA** importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do **CNMP**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES E RECURSOS

13.1 A Contratante não poderá descumprir quaisquer das cláusulas ou condições estabelecidas neste Contrato ficando sujeita às penalidades previstas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93.

13.2 Conforme o disposto no art. 28 do Decreto nº 5.450, de 31/05/2005, a Contratante que, dentro do prazo de validade de sua proposta, negar-se a retirar a nota de empenho, deixar de assinar o termo de contrato quando exigido, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução deste contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, e, se for o caso, será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

13.3 Com fulcro nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.3.1 advertência;

13.3.2 multa, a ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:

13.3.2.1 multa moratória de 0,5% (meio por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, até o limite máximo de 5% (cinco por cento);

13.3.2.2 Multa de 10% (dez por cento) do valor Contrato, no caso de descumprimento parcial ou total de qualquer obrigação pactuada;

13.3.2.3 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por até 02 (dois) anos;

13.3.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja



promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13.4 As penalidades previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, cumulativamente, no caso de multa, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, garantida prévia defesa. (art. 87, § 2º da Lei nº 8.666/93) .

13.5 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13.6 Comprovado o impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pelo CNMP, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.

13.7 A multa, aplicada após regular processo administrativo, será cobrada administrativamente deduzindo-se do valor da Fatura Mensal ou descontada da garantia prestada, e não sendo suficiente, o valor poderá ser inscrito como Dívida Ativa e cobrado judicialmente.

13.8 Previamente à aplicação das multas previstas nos subitens acima ou de qualquer outra sanção, poderá a licitante apresentar defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data em que for notificada a respeito.

13.9 Da aplicação das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93 e demais penalidades caberá recurso, representação ou pedido de reconsideração, nos termos do art. 109 da supramencionada Lei, sendo assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

13.10 O setor responsável pela fiscalização do serviço objeto desta licitação deverá informar à Secretaria de Administração a ocorrência de fatos que possam motivar a aplicação das sanções previstas neste item, sob pena de responsabilidade.

13.11 Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas no item 13.3 e nos incisos III e IV, do art. 87, da Lei 8.666/93 bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

14.1 A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993.

14.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do procedimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.3 A rescisão do contrato poderá ser:



14.3.1 determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei n.º 8.666/93, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem prejuízo das penalidades previstas neste contrato;

14.3.2 amigável, por acordo entre as partes, mediante a assinatura de termo aditivo ao contrato, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE; e

14.3.3 judicial, nos termos da legislação.

14.4 A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

14.5 De conformidade com o § 2º do artigo 79, da Lei nº 8.666/93, quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da mesma lei, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

14.5.1 devolução de garantia;

14.5.2 pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

14.5.3 pagamento do custo de desmobilização.

14.6 A rescisão poderá acarretar as seguintes consequências imediatas:

14.6.1 a execução da garantia contratual para ressarcimento, à CONTRATANTE, dos valores das multas aplicadas ou de quaisquer outras quantias ou indenizações a ela devidas;

14.6.2 retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VALIDADE E PUBLICAÇÃO

15.1 Este Contrato somente terá validade depois de aprovado pelo Secretário-Geral do Conselho Nacional do Ministério Público.

15.2 Incumbirá ao Contratante à sua conta e no prazo estipulado no artigo 20 do Decreto n.º 3.555, de 8/8/2000, a publicação do Extrato deste Contrato e dos Termos Aditivos no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ALTERAÇÃO

16.1 Este Contrato poderá, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser alterado por meio de Termos Aditivos, objetivando promover os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários.

16.2 Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido no parágrafo



primeiro do art. 65 da Lei nº 8.666/93, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

17.1 Nos Termos do Art. 67, §1º, da Lei nº 8.666/93, o CNMP designará um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, por meio de Portaria específica, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

17.2 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas ao seu gestor, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

17.3 Da mesma forma, a CONTRATADA deverá indicar um preposto para, se aceito pelo CNMP, representá-la na execução do Contrato.

17.4 O Contratante, poderá rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados se em desacordo com o Contrato.

17.5 Quaisquer exigências da Fiscalização, inerentes ao Objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para o Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA GARANTIA

18.1 Para fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais que serão firmadas, o CNMP exigirá da licitante vencedora a prestação de garantia, de acordo com o art. 56, § 1º, da Lei nº 8.666/93, no valor equivalente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato a ser firmado, perfazendo um valor, em espécie, de R\$ _____,___ (valor por extenso).

18.2 As modalidades de garantia pela qual a licitante vencedora poderá optar são as seguintes:

18.2.1 caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

18.2.2 seguro-garantia;

18.2.3 fiança bancária.

18.3 A garantia contratual deverá ser prestada, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de assinatura do contrato a ser firmado.

18.4 Quando em dinheiro, deverá ser efetuada em caderneta de poupança em favor do CNMP, no mesmo prazo do item 18.3.

18.5 A licitante vencedora obrigará-se a apresentar a garantia para o período integral da



vigência contratual, e, no caso de prorrogação do contrato a ser firmado, mantê-la válida e atualizada.

18.6 A garantia prestada somente será liberada ou restituída após o término da vigência do contrato a ser firmado, mediante requerimento da licitante vencedora.

18.7 A perda da garantia em favor do CNMP, por inadimplemento das obrigações contratuais firmadas, far-se-á de pleno direito, independente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial das demais sanções previstas no contrato a ser firmado.

18.8 A garantia deverá ser integralizada em no máximo 30 (trinta) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores e nos casos de prorrogação de prazo ou acréscimo de valores deverá ser atualizada na mesma proporção, em conformidade com o art. 56, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

18.9 A qualquer tempo, mediante comunicação ao CNMP, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas neste Edital.

18.10 Se o valor da garantia for utilizado como pagamento de qualquer obrigação, a licitante vencedora obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da data em que for notificada pelo CNMP.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1 O Foro da Cidade de Brasília/DF é o competente para dirimir quaisquer dúvidas que vierem a surgir no cumprimento das obrigações aqui estabelecidas.

E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes juntamente com as testemunhas abaixo.

Brasília - DF, de de 2011.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CPF:

CPF:



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

APROVO.
